



Interpeação Escrita

Os preços das habitações privadas são elevadíssimos, e atendendo aos salários da maioria dos trabalhadores de Macau, esses preços ultrapassam completamente a sua capacidade económica. Para viver feliz e trabalhar com alegria, muitos residentes depositam as suas expectativas na habitação económica, para conseguirem, dessa forma, encontrar estabilidade. Durante a administração portuguesa, na década de 80 do século passado, o Governo avançou com o projecto de habitação económica, uma medida destinada a ajudar os residentes a adquirir uma habitação, tendo em conta que os preços da habitação no mercado ficavam muito além da sua capacidade económica. Claro que a situação de então era diferente da actual, porém, a implementação do projecto de habitação económica contribuiu para resolver os problemas habitacionais de muitos residentes, tratando-se portanto de uma medida francamente meritória.

Todavia, depois do estabelecimento da RAEM, esta cidade passou a ser governada por indivíduos do sector comercial, então, para defender os interesses dos comerciantes, o Governo anunciou, logo a seguir à criação da RAEM, a suspensão de projectos de habitação pública. Essa suspensão durou 7 anos e resultou numa oferta quase zero de habitação pública. Até que, em 2007, perante a grande pressão da população, o Governo foi obrigado a prometer a implementação do projecto de 19 mil habitações públicas e, na sequência disso, foi dado início às respectivas obras. Apesar dos saldos positivos do cofre do Governo nos últimos 10 anos, a oferta de habitação económica manteve-se insuficiente. E os residentes elegíveis para a atribuição



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de habitações económicas não pararam de se queixar.

Mesmo quando, por fim, as habitações económicas são atribuídas, os residentes ainda têm de se deparar com a questão da má qualidade da construção. De facto, as obras públicas de Macau reúnem 3 características: incumprimento dos prazos, gastos em excesso, e má qualidade. Como o Governo da RAEM, enquanto proprietário das habitações sociais, não tem falta de dinheiro, a má qualidade da construção acaba por ser posteriormente remediada à sua própria custa. Mas as habitações económicas são atribuídas aos residentes, passam a ser propriedade privada, e quando a qualidade da construção é má, são os pequenos proprietários que têm de assumir as responsabilidades de reparação e de aguentar encargos financeiros eventualmente elevados.

Quanto aos moradores das habitações económicas do Bairro da Ilha Verde, deparam-se com a má qualidade da construção e com a ameaça, mais grave, dos desastres naturais, devido às falhas de concepção dessas habitações.

Devido às deficiências de alerta durante a passagem do Tufão Hato por Macau no ano passado, as diversas habitações económicas já construídas ainda não foram atribuídas, por exemplo, no Edifício do Bairro da Ilha Verde, Edifício Fai Ieng e Edifício Cheng Tou as fracções ficaram inundadas e as instalações electromecânicas localizadas nos pisos subterrâneos ficaram destruídas. A reparação demorou um ano e os custos foram enormes. Esta situação, que teve lugar no ano passado, pode ser desculpada, atendendo à imprevisibilidade e à falta de preparação, todavia, durante a passagem do Tufão Mangkhut por Macau, já no corrente ano, os blocos 4 e 5 do Edifício do Bairro da Ilha Verde voltaram a ficar inundados, o que levou à avaria dos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

elevadores, situação que é, de facto, incompreensível.

Ademais, segundo as informações recolhidas, as inundações no Edifício do Bairro da Ilha Verde foram causadas por água proveniente das sarjetas. Como as habitações económicas em questão ainda não foram atribuídas, coube naturalmente ao Governo a responsabilidade de reparação das instalações destruídas pelas inundações. Contudo, se o problema das referidas sarjetas não for devidamente resolvido, é provável que as inundações voltem a repetir-se. Então, quem vai responsabilizar-se?

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A qualidade das habitações económicas é má. E quando termina o período de garantia, compete aos condóminos assegurar a reparação das instalações avariadas, mesmo que as avarias resultem da qualidade (ou falta dela) das instalações. Esta questão merece ponderação profunda. Devido às falhas de concepção do Edifício do Bairro da Ilha Verde, do Edifício Fai Ieng e do Edifício Cheng Tou (incluindo os parques de estacionamento subterrâneos em edifícios situados nas zonas baixas, sem quaisquer instalações contra inundações), é provável que estes sofram inundações todos os anos. Quem vai responsabilizar-se pelos eventuais prejuízos de bens e equipamentos? Os moradores é que vão responsabilizar-se pelas consequências das referidas falhas de concepção?
2. Os 5 edifícios, localizados no Bairro da Ilha Verde ficam ao mesmo nível. Os elevadores dos blocos 1, 2 e 3 não sofreram nada, só os dos blocos 4 e 5 é que ficaram avariados. Porquê? Para além dos desastres naturais, há outros factores a considerar? Há que efectuar inspecções meticolosas e



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

que reforçar a prevenção, caso contrário, é provável que a situação se repita todos os anos. É assim ou não é?

3. Segundo consta, as inundações nas diversas habitações económicas, registadas no corrente ano, foram causadas por água proveniente das sarjetas. Será que isto se deve a falhas de concepção? Existem meios para remediar a situação? Se o nível das inundações depende do volume de água proveniente das sarjetas, então estas são autênticas bombas-relógio, isto é, quando a água não provém das sarjetas não há inundações, quando há menos água, menos graves são as inundações, e quando há mais água, mais graves são as inundações. Espera-se mais de 10 anos até ser atribuída uma habitação, e depois esta apresenta imensos problemas que não podem ser resolvidos. Como é que os moradores podem ficar contentes? Para que os moradores se sintam seguros nas suas casas, de que medidas dispõe o Governo da RAEM, na qualidade de grande proprietário e promotor dos empreendimentos, para resolver os problemas e eliminar potenciais perigos? Para eliminar as preocupações dos moradores, o Governo devia garantir, no mínimo, que, no futuro, se vai responsabilizar pelos eventuais prejuízos causados pelas falhas de concepção. Como é que vai fazer isso?

16 de Outubro de 2018

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Au Kam San**